

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

'A Constituição será reformada: antes de 85 ou pelo sucessor'

SALVADOR (O GLOBO) — O ex-Governador da Bahia Antonio Carlos Magalhães acha possível que o Presidente Figueiredo faça, antes de passar o poder a seu sucessor, reformas constitucionais importantes, rumo ao coroamento do processo de abertura, que será, a seu ver, a eleição direta do sucessor do próximo Presidente da República. Antonio Carlos não quer ou não pode dar detalhes sobre tais reformas, mas formula um raciocínio de caráter geral:

— As reformas já existentes ou outras que venham a existir devem ficar num ponto de alinhamento, uma emenda mais completa, em que tudo

— O Presidente em exercício Aureliano Chaves propôs um diálogo mais efetivo entre o Governo e o PDS e chegou a anunciar a disposição de estabelecer um sistema de consultas ao partido, antes do envio de mensagens do Governo ao Congresso. O senhor acha que essa proposta será também efetivada pelo Presidente Figueiredo, ou poderá ficar restrita à interinidade de Aureliano na Presidência?

— Inicialmente cabe dizer que não há novidade na proposta do eminente Presidente Aureliano Chaves. Ela é uma consequência de uma série de medidas que vêm sendo tomadas pelo Governo, desde o Presidente Geisel, com a extinção do AI-5, às medidas posteriores, em tão boa hora encetadas pelo Presidente Figueiredo, como a anistia ampla e irrestrita. Depois disso, vimos as eleições diretas; antes, o prometido pluripartidarismo, que constava inclusive do programa das oposições. Agora, propostas de diálogo em relação às proposições que o Governo vai mandar, de um modo geral isto será saudável e absolutamente possível, fortalecerá o partido, que vai se sentir mais no Governo.

— Uma coisa é essa participação através do diálogo. Outra seria a ocupação de postos no Governo, que inclusive foi anunciada pelo Presidente Aureliano Chaves. Como o senhor vê esse passo?

— Eu vejo esse passo, e falo à vontade quanto a isso, como muito importante. Mas aí eu divido em duas etapas: eu vejo o término do atual Governo, onde o Presidente Figueiredo terá ainda um ano e sete meses de administração, a partir de sua volta, provavelmente no fim do próximo mês, e uma nova política, do PDS, que terá que ser lançada a partir da posse do Presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, quando a característica partidária terá que ser bem acentuada. Aí, entretanto, há que se fazer uma ressalva: quem sabe até se, além da questão partidária, nós não teremos um esforço maior, com a participação de outras correntes políticas no Governo?

— Embora o senhor se considere à vontade, por ter votado, na Convenção Nacional do PDS, na chapa A, essa não é a opinião geral. Muita gente acha que o senhor foi vitorioso na Convenção por ter demonstrado ao Governo seu poder de barganha, liberando alguns dos parlamentares que seguem a sua orientação para votar na chapa B e alijar o Deputado Prisco Viana da direção partidária...

— Vamos colocar as coisas de forma clara. Primeiro, eu não liberei ninguém. Encontrei quatro parlamentares inscritos na chapa

isso fique de uma maneira jurídico-constitucional perfeita, ou, quando nada, menos imperfeita. A começar por uma coisa que realmente aborrece, que é o preâmbulo da Constituição, onde está que ela foi outorgada por uma junta militar. Acho que essa é a primeira coisa a ser mudada, para um País que vive a democracia que o Brasil está vivendo.

O ex-Governador aborda também, nesta entrevista, a postura do Vice-Presidente Aureliano Chaves no exercício da Presidência, a questão sucessória e o comportamento da delegação baiana à recente Convenção Nacional do PDS. Esta é a entrevista de Antonio Carlos:

“Participação”, dois dos quais me disseram que depois de estarem inscritos não poderiam retirar as suas assinaturas. Eu concordei, como também concordou o Líder Nelson Marchezan, que tem sido um homem extremamente capaz e hábil nas negociações. Esse é o primeiro ponto. Agora, se adversários efêmeros — porque eu nunca considero ninguém um adversário permanente — na política baiana sofreram exclusão com a vitória da chapa “Participação”, (a referência é ao Deputado Prisco Viana) a culpa não cabe à Bahia. A grande maioria, mais de 75 por cento dos baianos, votaram na chapa A. Se nós tivéssemos votado na chapa B, esse resultado teria uma proporção assustadora. Ainda bem que tal não aconteceu, porque se pôde preservar o Presidente José Sarney, que vem prestando relevantes serviços ao partido.

— O senhor teria condições de quantificar essa votação dos baianos na Convenção? Dizem que o Deputado Djalma Bessa fez isso e apurou 50 votos...

— Não. O Deputado Djalma Bessa nunca fez conta nenhuma. O que eu posso dizer é que, dos delegados, poucos votaram. Dos 56 delegados, talvez seis ou oito votos apenas tenham ido para a chapa B. Entre os parlamentares, entretanto, eu acredito que mais de 12 tenham votado na chapa B.

— O senhor falou recentemente que não há problemas entre o senhor e o Senador Marco Maciel, que os dois correm juntos e que quem obtiver a preferência do Nordeste terá o apoio do outro. Isso significa que já há um acordo nesse sentido?

— Políticos conversam, isso faz parte da atividade. Tem-se conversado demais no Nordeste, como se tem conversado demais em Brasília e em todo o Brasil, sobre os problemas do País, no presente e no futuro. Não vou negar que tenho conversado com o ex-Governador Marco Maciel e que temos a mesma posição. Se ele tem o desejo e a aspiração de servir ao Nordeste como Presidente da República, que é justa, eu também a tenho, na medida em que também acho que é justa, e que representamos, ambos, os mesmos 30 e tantos milhões de nordestinos, e que temos a mesma filosofia, o que é mais importante, para modificar o Nordeste. Essa será a nossa luta e esperamos ter êxito, um ou outro. Mas não seremos cegos se amanhã uma outra realidade surgir, diferente dos nossos desejos e anseios. Nesse caso, nós iríamos examinar aqueles que fossem mais confiáveis, pela sua personalidade e pelo seu trabalho em relação ao Nordeste.



Antônio Carlos prevê reforma da Carta

— Sempre que vai ao Rio, o senhor conversa com o ex-Presidente Geisel. Por outro lado, há quem afirme que o senhor é a pessoa encarregada de tentar fazer com que o ex-Presidente absorva a candidatura Andreazza. O que há de verdade nisso?

— Nada. Eu não posso falar numa coisa que não existe. Não recebi de ninguém essa incumbência e não sei sequer se o Presidente Geisel é contra este ou aquele candidato. De modo que a pergunta é boa para o repórter, mas seria impossível de responder por alguém que realmente priva da amizade do Presidente Geisel, mas que nunca conseguiu saber isso.

— E aquela história de Vice na chapa de Andreazza? Afinal, o senhor é postulante a candidato do PDS à Presidência ou à Vice-Presidência na chapa do Ministro Andreazza?

— Em primeiro lugar, eu não confirmo nem contesto que possa ser Vice de alguém. O que eu afirmo é que postulo a Presidência, mas não vou contestar que possa ser Vice de ninguém, ou qualquer outra posição que me for dada, e que eu ache que esteja à altura do Nordeste e da Bahia.

— E o processo de abertura, como é que o senhor acha que ele vai evoluir, qual será o próximo passo?

— A abertura está seguindo num ritmo extremamente acelerado. Vocês já viram aí todos os passos que já foram dados e, evidentemente, o coroamento dessa abertura será a eleição presidencial direta, na sucessão do sucessor do Presidente Figueiredo.

— Mas que etapa deverá estar cumprida nessa sucessão de agora? Ou seja, o que o Presidente Figueiredo vai deixar para o seu sucessor cumprir? Ou ele já entrega o processo acabado, com o País numa democracia plena?

— Eu não sei se o Presidente Figueiredo apresentará algumas emendas constitucionais antes do fim do seu mandato. Pode ser que o faça. Pode ser que o Presidente Figueiredo queira ainda marcar o seu Governo com algumas medidas que envie ao Congresso, como alguma reforma constitucional...

— Eleição direta para Presidente...

— Eu não sei se essa será a base, mas é possível.

— O senhor falou há pouco em reformas constitucionais. Que pontos o senhor consideraria importantes nessa reforma constitucional?

— Não. Eu não vou citar pontos. Acho que vai caber ao Governo tomar essa iniciativa e ver quantos e quais pontos devem ser reformados. O que eu acho que tem que haver é um alinhamento. As reformas já existentes ou outras que venham a existir devem ficar num ponto de alinhamento, uma emenda mais completa em que tudo isso fique de uma maneira jurídico-constitucional perfeita, ou, quando nada, menos imperfeita. A começar por uma coisa que realmente aborrece, que é o preâmbulo da Constituição, onde está que ela foi outorgada por uma junta militar. Acho que essa é a primeira coisa a ser mudada, para um País que vive a democracia que o Brasil está vivendo.